

É por isso que vamos relutar. Hoje, estivemos aqui na frente da Assembleia Legislativa defendendo, acompanhando e apoiando a greve dos professores. Nós temos que transformar esta Casa em uma casa de luta, em uma Casa de Leis em que as pessoas tenham a oportunidade de vir aqui e acompanhar o que o Parlamento está fazendo, acompanhar como seu deputado está votando.

Hoje, estive em frente à Assembleia Legislativa exatamente para ver os professores organizados pela Apeoesp se rebelando contra esse tipo de postura, contra esse tipo de comportamento do governo Doria aqui em São Paulo.

É por isso que apoiamos a greve dos professores, acompanhamos o movimento democrático em defesa dos seus direitos, porque os professores, os servidores da Saúde, os servidores da Segurança Pública, os servidores de todo e qualquer segmento realmente precisam de um salário melhor.

Não estamos defendendo aqui altos salários. Não estamos defendendo servidores que ganham acima do teto do governador ou acima do teto que é permitido por lei. Estamos defendendo aquele servidor do qual dependemos para o dia a dia, para o nosso trabalho, para atender na Saúde, na Educação, no Transporte, enfim, em qualquer departamento do nosso estado, em qualquer repartição do nosso estado na qual dependemos daquele servidor para nos auxiliar, nos ajudar, atender a comunidade, atender a sociedade paulista e paulistana.

Por essas razões, estamos aqui dizendo que vamos votar também contra essa PEC. Tanto ao PLC 80, de 2019, quanto à PEC 18, de 2019, por conta da forma nefasta como têm sido colocados aqui para nós dialogarmos.

E aí a sociedade vai ter que cobrar daqueles que traíram a confiança deles. As pessoas vão cobrar daqueles que realmente se propõem a uma coisa, fazem campanha, prometem estar aqui defendendo o povo, prometem estar aqui defendendo os servidores e, quando têm a oportunidade, votam contra eles.

Nós não vamos deixar de falar, cada dia mais, cada vez mais, de quem realmente trai a confiança dos servidores, dos trabalhadores. Aqui, para nós, não é acordo, não é ajudar, não é emenda. Aqui para nós importa é defender aquilo que é justo, aquilo que é certo, aquilo que os trabalhadores realmente conquistaram. Porque como também foi falado nesta Casa, as pessoas são aprovadas por um concurso público e o Regimento é um, e o contrato é um.

Depois eles mudam e você realmente tem que trabalhar mais anos, muito mais anos para poder ter os seus direitos. E muitas vezes nem se aposenta, deputada Adriana Borgo, porque, infelizmente, se vão antes, morrem antes de se aposentarem porque não veem os seus direitos alcançados. E no Brasil a aposentadoria é um castigo. Não é um privilégio de quando você tanto trabalha, tanto presta o seu serviço.

Tanto serviu ao Estado, à Prefeitura ou à União e depois você tem um benefício para melhorar e para ter um descanso com a sua família e curtir melhor a vida. No Brasil, aposentadoria, infelizmente, é um castigo, porque você se aposenta quando já não tem mais condições de curtir a sua família, de curtir a sua aposentadoria.

Você se aposenta quando realmente já está muito doente, com os problemas sérios de saúde e você, infelizmente, não curte a sua vida, não curte a sua saúde, não curte a sua família. Realmente não desfruta dos tantos anos que você trabalha, porque vêm governos de extrema direita; vêm governos que retiram os direitos dos trabalhadores; vêm governos para prejudicar os trabalhadores, prejudicar os servidores públicos. Por isso nós não vamos aqui vacilar.

Nós votamos contrários a esse PLC 79 porque achamos vergonhoso aprovar um reajuste de miseros cinco por cento para os servidores públicos do estado de São Paulo.

E nós viemos aqui também para encaminhar as emendas. Nós vamos encaminhar e vamos votar favoráveis às emendas porque nós defendemos e achamos, acreditamos que os trabalhadores, os servidores, têm direito a sua dignidade, têm direito a ter um aumento decente, a ter um aumento digno, a ter um aumento justo, mas, infelizmente, no governo Doria a gente não está vendo isso.

Então aceita você, deputada Adriana, quando realmente se decepcionou com esse governo, porque ele realmente traiu a confiança sua e de seus eleitores.

Muito obrigado.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PROS - Para encaminhar pelo PROS.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra, deputada Adriana Borgo.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Enquanto ela se dirige, eu posso fazer uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não estou concedendo comunicações hoje, para nenhum parlamentar, enquanto no processo de encaminhamento. Fiz isso com a professora Bebel, com o deputado Gil Diniz e tenho que manter a mesma coerência com Vossa Excelência. Com a palavra a deputada Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PROS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Vou ser bem breve, porque o que eu vi aqui hoje foi uma vergonha. Reafirmar que eu não sou contra o aumento da Polícia Militar e antes que comecem os ativistas de sofá, conduzidos por alguns parlamentares aqui nessas redes sociais idiotas, dizendo que a gente é contra o aumento do servidor...

Não, eu sou contra ser eleito nesta Casa e usar os votos que a gente tem, dizendo, vendendo esperança que defende a Segurança e na hora que a gente tem nas nossas mãos a possibilidade de forçar o governo a voltar esse projeto e dar algo decente para ser votado aqui para a família da Segurança Pública, é isso que eu vejo aqui: pseudodefensores da Polícia Militar, da Civil, da SAP.

É isso que eu venho aqui dizer hoje. Eu tenho vergonha. Então, eu peço aos senhores que pensem bem quando falarem que defendem a categoria da Segurança. Porque eu não vou me cansar de acabar com os senhores, como muitos dos senhores fizeram comigo quando eu votei aqui no Cauê Macris, quando eu votei no PT, que é a minha maior base aliada contra essa atrocidade, é a esquerda. Porque eu não sou esquerda, eu não sou direita.

Eu sou para frente. Eu sou por São Paulo. Eu sou por aquilo que eu acredito. Eu não sou vendida, não me vendo. Não tenho cargos aqui na Casa. Então, eu tenho moral para dizer o que eu acho e o que eu penso. Então aqui: Adriana Borgo, Sargento Neri, Major Mecca, Danilo Balas, Gil Diniz, Coronel Nishikawa, Delegado Bruno. Fomos nós que votamos contra essa miséria na intenção de que voltasse esse projeto. O restante votou por conveniência.

"É melhor cinco de porcaria do que nada". Isso não existe. O melhor é voltar o projeto. O melhor é a gente estudar o projeto. Para que servem tantos votos nas urnas se na hora da gente precisar de apoio aqui, estamos sozinhos? Então, não tem porcaria de bala, de segurança, de bala, de nada.

Aqui não tem bancada de nada. Tem bala aqui são os policiais que estão sofrendo. Aqui tem é traidores. Para mim, foi uma traição. Deixo a minha indignação. Não adianta colocar o presidente que for na Alesp. Não adianta ficar massacrando os nossos votos aqui. Se, na hora que temos a chance de, como parlamentares, mudar, não o fazemos. Então seria essa a postura, qualquer que fosse o presidente ali sentado: "O governo mandou, a gente obedece".

Vergonha, eu tenho vergonha. Mas essa culpa não levo. Lutei até o final para que os meus policiais e para que os profissionais de Segurança Pública tivessem dignidade. Tenho orgulho dos senhores, meus amigos parlamentares, que enfrentaram todo mundo e votaram sim a favor da Segurança Pública, dos nossos agentes, e não a favor do governo.

Parabéns, PSOL. Parabéns, pessoal do PT. E de todos os partidos que nos apoiaram. Podem contar comigo em tudo que vocês precisarem a favor do funcionalismo público e do povo de São Paulo.

Muito obrigada. A luta muda a lei. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para indicar o deputado Paulo Fiorilo, pela liderança da Minoria, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, a bancada do PT optou em votar "não" a esse mísero aumento, que na verdade não é um aumento. Se considerarmos que os trabalhadores da Segurança Pública não têm reposição de inflação e ainda podem ter, com a reforma da Previdência, menos 3%, eles vão continuar sem aumento.

Portanto, resolvemos votar contrário. E propusemos emendas. Emendas que, de fato, poderiam contribuir para que o salário dos profissionais da Educação melhorasse. É sobre essas emendas que queremos propor que se vote favorável. Quem sabe, a gente possa ainda consertar aquilo que o governador não teve coragem, capacidade e competência para fazer.

Que fez parte do seu discurso, mas não faz parte da sua prática. O discurso do governador é: "vou pagar o melhor salário do Brasil para os trabalhadores da Segurança Pública". Falta muito para ele pagar o melhor salário, porque já temos um ano de governo, e só mais três pela frente. O que ele deu foi cinco por cento. É inacreditável. É pior ainda, porque propõe uma reforma que pode tirar três por cento.

E a reforma, eu queria dialogar com os nobres pares. O presidente da SPPrev esteve aqui duas vezes. Acompanhei a última. Ele deu um dado importante, que eu queria socializar com quem não pôde acompanhar esse debate. Ele disse que o déficit da previdência, somado em 10 anos, são 280 bilhões. E que essa reforma, que o governo está propondo, pode recuperar 8,5 por cento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, reparem o que estamos fazendo aqui. Vamos poder dizer, para o estado, que 8,5% serão utilizados para outras coisas. Porque o discurso do presidente é: já pensou o que poderemos fazer com esses recursos?

É verdade. Agora, eu queria perguntar para ele se ele já pensou o que vai ser do policial, do funcionário da Educação, do funcionário público, que vai ter que dar mais três por cento? A preocupação do governo não é e não vai ser com os funcionários públicos deste estado. Esqueçam isso. A preocupação do governo é com recurso público.

Aí eu queria propor: para que a pressa para aprovar uma reforma que não vai resolver o problema do estado? Não tem ninguém capaz de explicar por que tanta pressa. Porque 8,5 não serão suficientes para resolver, nem o problema do estado, e muito menos o problema da Previdência. Ou o governo enfrenta esse debate colocando o dedo na ferida, ou ele vai fazer com que cada um de nós, daqueles que votarem, coloquem o dedo na ferida dos trabalhadores.

É isso que não quero e não farei. Por quê? Porque os trabalhadores já são penalizados. Foram penalizados na votação dos precatórios. Quem tinha até 30 mil, agora não vai ter mais. Só vai poder quem ganhar até onze. Isso é um absurdo que esse governo vem fazendo, com a anuência da maioria dos deputados desta Casa.

Não adianta querer fugir desse debate, porque o governador só aprova se tiver votos aqui. E teve. E pode continuar tendo. E quem perde com isso são os trabalhadores do estado; são os que mais precisam. Nós podemos, aqui, tergiversar, propor alternativas, dizer que nós não podemos fugir do debate. Agora, o que o governo quer, de forma açodada, é aprovar uma reforma que vai tirar recurso dos trabalhadores.

E, quando a gente fala que o governo quer aprovar em 11 dias o que em Brasília demorou oito, 10 meses, o governo fica bravo. "Onde já se viu quemoser aprovar? A gente não tem toda essa pressa". Tem, sim. Por que tem toda essa pressa? Eu estou impressionado com a capacidade do deputado Gilmaci. Deputado meu amigo, tenho um respeito enorme por ele. Mas ele rejeitou 151 emendas. Eu tenho certeza de que ele leu todas. E eu queria poder dialogar com o deputado.

Por que, por exemplo, ele rejeitou a Emenda no 22? Por que será que ele rejeitou uma emenda assinada pela deputada Janaina Paschoal, de número 22? A de número 80, uma emenda assinada pelo deputado Sargento Neri? Por que será que ele rejeitou uma emenda assinada pelo deputado Marcio da Farmácia?

Da deputada Marina Helou? Eu queria perguntar e poder ouvir a resposta do deputado Gilmaci. Qual foi a análise feita num tempo tão curto, para poder dar um parecer favorável, para que essa reforma pudesse tramitar de forma tão açodada?

Eu não sei. Talvez nem o deputado Gilmaci saiba. Ou pior: talvez saiba. Aqui, eu ouvi o deputado Campos Machado dizer que Deus ilumina o deputado Gilmaci. Eu diria: que Deus o proteja, porque depois dessa, de 151 emendas desta forma, não é possível.

Não é possível, porque nós tivemos aqui a mão forte do governo orientando um parecer. E eu queria dizer, deputado Campos Machado, que pode orientar os próximos dois, porque são dois dias na Comissão de Administração; e aí, relator especial.

Aliás, uma aberração. Nós tínhamos que ter coragem, aqui, de mudar o Regimento, porque eu nunca vi isso. O relator, que tem o poder de, numa canetada, aprovar um projeto que não discutiu com seus pares na comissão. E, depois de mais dois dias, na Comissão de Finanças.

E aí, vai para o plenário. Sabe por quê? Porque tem muita pressa, porque o governo vai resolver o problema do estado reduzindo 8,5 por cento. Oito e meio por cento - é sobre isso que nós estamos discutindo, e vamos tirar dos trabalhadores?

Não é possível. Eu não sei onde está a cabeça do governo. Por que ele não mexe nos 17 bilhões do ICMS ou nos três bilhões do IPVA? Aí sim, era um debate para valer. Agora, esse debate não é para valer; esse debate é para prejudicar trabalhadores, pais de família, gente que está na rua defendendo o cidadão. Gente que está numa sala de aula, gente que está num hospital, gente que está trabalhando.

Mas não: o Governo do Estado não tem compaixão, não tem a preocupação. Ou pior: o Governo do Estado não tem a capacidade de fazer o debate como deveria ser. Ele procura o debate mais fácil.

E o debate mais fácil é dar cinco por cento para os trabalhadores da Segurança Pública. Diminuíu os precatórios, os de baixo valor. E faz isso com uma pressa impressionante, que coloca cada um dos seus deputados, que tem uma base, que tem uma referência, numa baita saia justa.

Por isso, eu queria dizer que o governador não transformou isso aqui num "puxadinho". Sabe por quê? Porque "puxadinho" é muito. O governador transformou isso aqui, talvez, numa casinha de cachorro ou de bonecas, para brincar. Nós não podemos permitir isso. Nós precisamos ter a hombridade; nós precisamos ter a força e a coragem das mulheres que vieram aqui para dizer "não" ao aumento de cinco por cento, para dizer "não" a uma reforma da Previdência açodada, que não resolve o problema.

É essa força que nós precisamos ter, deputado Bebel. É essa força que nós precisamos ter Márcia Lula Lia, Marina Helou, Beth Sáhão, deputadas e deputados que não querem transformar essa Assembleia Legislativa numa casinha para o governador brincar.

Ou nós aqui temos que ter coragem... e nós podemos ter coragem, por exemplo, para discutir a Previdência como ela deve ser discutida, por exemplo para discutir o Orçamento do Estado como ele deve ser discutido, mas não na correria, não de forma açodada, não de forma envergonhada. E é isso que nós estamos fazendo.

Queria dizer que nós vamos propor aprovar as emendas para tentar melhorar aquilo que o governador não teve capacidade, ou melhor, não teve coragem, não teve vontade, preferiu o caminho mais fácil.

O caminho da preguiça, o caminho da falta de estudo, da profundidade, o caminho que resolve com uma maioria constituída não sei de que forma. Que aqui alguns deputados vieram trazer a possibilidade de que tem emenda, de que tem recurso. Eu não sei. Eu não sei. Prefiro talvez nem saber. Mas eu queria dizer que nós não podemos nos ajoelhar. Quanto mais aqui nós ajoelharmos, pior será para o povo de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Para encaminhar em nome da bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos da Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco Vossas Excelências para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 79/2019; Projeto de lei Complementar nº 78/2019; Projeto de lei Complementar nº 1209/2019. Com a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB – Sr. Presidente, sabe deputado Camarinha, meu grande amigo, eu sempre preferi perder do lado certo do que ganhar do lado errado. Eu estou feliz. Perdi com as minhas convicções. Perdi, não cedendo uma vírgula naquilo que falava.

Mas eu quis, eu quero dizer em primeira mão que amanhã eu vou protocolar, o PTB vai protocolar uma Adin em relação aos precatórios, ao PL nº 889. Amanhã, então, começa uma outra luta. A luta da injustiça que foi feita aos mais humildes e aos mais pobres. Amanhã, uma hora da tarde, vou protocolar esta Adin.

O resultado não sei. O resultado só quem sabe são os 25 membros do Supremo Tribunal. Mas eu não vou me curvar e aceitar passivamente, como dizia o Coronel Telhada, que aquele projeto do precatório que nós perdemos por um voto, 41 a 40. Então vamos deixar para ao Tribunal de Justiça, deputado Enio Tatto, que aprecie se o projeto é constitucional, se a decisão foi correta e se é verdade que a Justiça é feita tanto para ricos como para pobres.

Mas eu não podia deixar de saudar, uma vez mais, o grande mestre. O homem que conseguiu o milagre de em pouquíssimo tempo apreciar 151 emendas, 112 apresentadas por mim. Cento e cinquenta e uma emendas. Somente o meu amigo, deputado Gilmaci Santos, que pertence a uma igreja pela qual eu tenho imenso carinho, porque sou amigo particular do bispo Edir Macedo, somente o deputado Gilmaci Santos, com as bênçãos de Deus, conseguiu, deputado Camarinha, analisar, de ontem para hoje, 151 emendas, e o que é pior, rejeitar todas.

Será que nenhuma emenda servia? Aí eu fico imaginando que o nosso presidente, deputado Cauê Macris, que tem muito mais acertos do que equivocou, e que já havia dito uma vez que jamais iria utilizar o instrumento do relator especial, premido pelo tempo, ou oprimido por certas autoridades, resolveu nomear um relator especial.

O deputado Barros Munhoz foi presidente desta Casa, e eu não me lembro de ter nomeado algum relator especial. Pode ser que esteja equivocado. Dois mandatos, nunca nomeou um relator especial. Mas aí alguém indaga: "Mas é a Previdência, e a Previdência tem que ser votada este mês de dezembro".

Aí eu indago: qual é a pressa que tem que ser votada a Previdência, se o prazo de 180 dias vai começar a ser dado depois que a PEC paralela for votada lá na Câmara Federal, que, segundo se imagina, não vai ser apreciada este ano?

Nós temos já um relator especial. Eu só espero que o outro relator especial não seja, de novo, o deputado Gilmaci Santos, senão é aquela rapidez, aquela agilidade. Eu sou obrigado a reconhecer, o meu irmão, deputado Gilmaci Santos, é amigo dos ventos. Ele acompanha a velocidade dos ventos, porque, de ontem para hoje, somente um super-homem - e eu acho que ele o é - poderia ter apreciado e rejeitado 151 emendas.

Acabamos de ouvir a palavra de uma mulher simples, mas guerreira, a deputada Adriana Borgo. Ela não se preocupou com aplausos. Ela não quis agradar os poderosos. Ela veio aqui e expressou o que tinha na alma. Ela não é uma doutora em Letras, professora, não. Ela aprendeu na vida, no cotidiano, na sua condição de esposa de militar.

Mais do que ninguém, sabe a deputada Adriana Borgo o que é viver com um salário ínfimo.Sr. Presidente, para que serve o café dos deputados? Para que serve o café dos deputados?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para que possam conversar, inclusive para não atrapalharem os demais deputados aqui no plenário.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Então por que as pessoas que estão conversando não vão tomar um cafezinho lá no café dos deputados? Eu acho que é preferível, presidente, que eles tomem o cafezinho deles, conversem, riam à vontade. Porque, neste exato momento, estou saudando uma guerreira.

Não estou saudando uma professora de faculdade. Estou saudando uma mulher que tem coragem, que não se esconde atrás de biombos e que não tem interesse nem em emendas, nem em emprego, nem em nada. Ela poderia simplesmente vir aqui e votar "sim". Seria favorecida, porque seria mais uma participante, mais uma filiada ao PDE, o Partido das Emendas. E o que ela preferiu? Vir aqui mostrar a dura vida de um soldado da PM, a dura vida de uma esposa da PM que não teve a felicidade de ser professora de faculdade. Não teve, não. Mas aqui veio para expressar e demonstrar a sua grandeza.

Saiba, deputada Adriana Borgo, que eu a saúdo como uma mulher que merece o nosso respeito. O meu respeito, pouco importa o meu respeito. A senhora deveria ter o respeito desta Casa. Vossa Excelência votou contra a maré. A maré está caminhando para votar "sim" e V. Exa. veio para cá na contramão para votar "não", simplesmente para seguir aquilo que o seu coração expressava. Votar do lado certo, com sua alma, com seu coração e sua consciência.

Parabéns, minha querida deputada Adriana Borgo.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, para encaminhar pela bancada do PSL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar pelo tempo remanescente da sessão, de dois minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Uma questão de ordem? O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para levantar uma questão de ordem, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, suponhamos que, ao final desta votação, o "sim" ganhe em relação ao "não". O que o Regimento diz quando ao principal se votou "sim" e ao acessório, as emendas, vota-se "não"?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - As emendas, se forem aprovadas no final desse processo, todas elas serão incorporadas ao texto original, sendo reorganizadas na redação final. Mas o texto inicial do projeto já foi aprovado. As emendas só passarão a ser englobadas no texto original.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, para que finde esse processo, temos só essa votação ou tem mais alguma votação neste projeto?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste projeto, apenas esta votação. Não temos outra.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Gil Diniz por 35 segundos.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Presidente, não entendi a questão de ordem do deputado Campos Machado. Vou levantar essa questão de ordem novamente, presidente. Se aprovarmos, essas emendas, pelo que entendi, são englobadas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - São 17 emendas juntas.

O SR. GIL DINIZ - PSL - São 17 emendas? Por exemplo, eu e o Major Mecca, nós fizemos uma emenda também ao projeto. Se nós aprovarmos, essa emenda incorpora ao projeto, mais as outras 16 emendas distintas também?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Todas as emendas.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Vão para a redação final do projeto? O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Todas elas.

Esgotado o tempo da presente sessão, lembro os senhores e senhoras que em 10 minutos teremos a segunda sessão extraordinária.
* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.

* * *

- É inserido texto não lido em plenário.

* * *

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos regimentais, o voto contrário do Deputado Major Mecca, ao Projeto de Lei Complementar nº 79/2019, aprovado na 66ª sessão extraordinária em 26 de novembro de 2019, pelos motivos abaixo delineados.

O projeto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo estadual não contempla a promessa de campanha e compromisso de governo de revalorizar os vencimentos dos policiais civis, policiais militares e agentes da polícia técnica científica.

A diferença salarial entre as policiais mais bem pagas no Brasil está em mais de 74% de diferença com São Paulo, portanto os 5% do reajuste aprovado nesta sessão extraordinária é uma afronta à dignidade desses profissionais.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 2019.

Deputado Major Mecca - PSL

* * *

- É inserido texto não lido em plenário.

* * *

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos regimentais, o voto contrário de minha autoria ao Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Governo, votado na 66ª Sessão extraordinária, ocorrida no dia 26 de novembro, visto que o aumento proposto é uma afronta aos agentes de segurança pública, o valor de 5% corresponde a R\$120,21, referente ao menor salário inicial da corporação.

O proposto não condiz com o prometido em campanha, onde o governador prometeu que São Paulo teria a segunda polícia mais bem paga do país, e para isso seria necessário o reajuste de no mínimo 20% do salário base dos policiais por ano até o fim de seu mandato eletivo, ou seja, até 2022. Além de que, não há reajuste salarial desde 2015, e o previsto será somente para próximo ano subsequente, isto é, 1,25% ao ano, sendo menos de um quarto da inflação média anual.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2019.

Deputado Gil Diniz

* * *

26 DE NOVEMBRO DE 2019 67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em votação as emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19.

2 - ENIO LULA TATTO Encaminha a votação das emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19, em nome da Minoria.

3 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA Encaminha a votação das emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19, em nome do PSOL.

4 - JOSÉ AMÉRICO LULA Encaminha a votação das emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19, em nome do PT.

5 - SARGENTO NERI

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido e suspende a sessão às 22h22min, reabrindo-a às 22h29min.

7 - GIL DINIZ

Encaminha a votação das emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19, em nome do PSL.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão por cinco minutos, por conveniência da ordem, às 22h39min, reabrindo-a às 22h42min.

9 - CORONEL TELHAD A

Encaminha a votação das emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19, em nome do PP.

10 - SARGENTO NERI

Encaminha a votação das emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19, em nome do Avante.

11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas 1 a 17, englobadamente, ao PLC 79/19.

12 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita verificação de votação.

13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

14 - CARLOS GIANNAZI Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.

15 - ADRIANA BORG0

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PROS.

16 - VINÍCIUS CAMARINHA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

17 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

18 - GIL DINIZ

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSL.

19 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

20 - PAULO CORREA JR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Patriotas.

21 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.